Relatório elogia "esforços" mas descobre lacunas

Apesar das críticas à situação dos direitos humanos no Brasil, o governo americano elogiou os esforços do governo Fernando Henrique Cardoso para aliviar os problemas nessa área. O presidente "tem enorme credibilidade porque sofreu na pele a discriminação de seus direitos no passado. Ele está consciente disso e apresentou um plano de direitos humanos", declarou Nicholas Burns, porta-voz do Departamento de Estado. Fontes diplomáticas brasileiras comentaram que o relatório deste ano "evoluju na linha de uma visão mais equilibrada do assunto".

Burns informou que há dois dias a secretária de Estado, Madeleine Albright, teve "um diálogo positivo", por telefone, com o chanceler Luiz Felipe Lampreia, mas não deu mais detalhes. Um dia depois dessa conversa, entretanto, a representante de Comércio dos EUA (USTR), Charlene Barshefsky, insinuou desconfiança sobre os compromissos do Brasil com o livre comércio no Mercosul e no hemisfério, durante sabatina de confirmação no cargo perante a Comissão de Finanças

do Senado. Os dois fatos, apesar de isolados, revelam que o governo americano não está coeso em relação a como tratar o Brasil no contexto da política externa de Washington.

Albright fez questão de apresentar pessoalmente à imprensa o relatório sobre os direitos humanos que os EUA divulgam anualmente. Disse que o documento, elaborado por determinação do Congresso, é um dos critérios importantes adotados pelos EUA no campo da política internacional.

O relatório deste ano concentrouse em três temas: perseguição religiosa, direitos das crianças e das mulheres. China e Cuba foram mencionados na categoria de países que fizeram poucos progressos em relação ao ano anterior, bem como Myamar (Burma), Nigéria, Afeganistão, Indonésia, Argélia e Belarus. O Departamento de Estado constatou melhora na situação dos direitos humanos na Guatemala, Nicarágua, Sérvia, Rússia, El Salvador, Libéria, Bulgária, Sierra Leone e África do Sul.

(M.H.T.)